

Austeridade incluirá fim de órgãos públicos

BRASÍLIA — O esforço fiscal a ser empreendido pelo Governo Collor, que deverá render uma economia da ordem de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), será complementado por uma política austera de contenção de despesas públicas.

Serão extintas dezenas de órgãos considerados dispensáveis à administração, como Cobal, Cibra-zem, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Empresa Brasileira de Planejamento e Transporte (Geipot), EBTU, CB-TU, companhias de navegação, Sudeco, Sudesul, Caeeb, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC) etc., com automática dispensa de seus empregados e venda de seu patrimônio.

Também serão reduzidos pela metade os cargos comissionados dos Ministérios; devolvidos cerca de 60 mil funcionários públicos que foram requisitados de empresas estatais; e estimulada a aposentadoria precoce e a demissão voluntária, mediante pagamento de indenizações trabalhistas. Além disso, os concursos públicos ficarão proibidos até segunda ordem.